



Imaginários sociodiscursivos de papel de vítima: um olhar discursivo sobre *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos

Socio-discursive imageries of the victim's role: a discursive analysis of *Memórias do Cárcere*, by Graciliano Ramos

Gabriela Pacheco AMARAL*

RESUMO: O objetivo deste artigo é analisar como o narrador de *Memórias do Cárcere* constrói discursivamente o papel de vítima dos outros personagens. *Memórias do Cárcere* é uma obra de publicação póstuma, do canônico Graciliano Ramos. Tal obra é um clássico brasileiro no qual o enunciador de Graciliano Ramos faz um relato e um testemunho do período político brasileiro na Era Vargas. Em tais relatos, o narrador realiza diversos enunciados para descrever e para narrar os companheiros do cárcere. Será, pois, no relato alheio que buscaremos investigar como o narrador constrói o papel de vítima de outros personagens. Dito isso, a base teórica-metodológica ancora-se nos pressupostos de CHARAUDEAU (2014) e de MOSCOVICI (1978). As análises são qualitativas e linguístico-discursivas sobre os imaginários sociodiscursivos do papel de vítima do outro. Para alcançar tal empreitada, lançaremos mão dos modos de organização do discursivo, segundo Charaudeau (2014). De tal modo, como

ABSTRACT: The objective of this research is to analyze how the narrator of *Memórias do Cárcere* discursively constructs the role of victim of other characters. *Memórias do Cárcere* is a posthumous publication by the canonical Graciliano Ramos. This work is a Brazilian classic in which Graciliano Ramos' enunciator gives a testimony of the Brazilian political period in the Vargas Era. In such reports, the narrator makes several statements to describe and to narrate the companions of the prison. It will be, therefore, in someone else's narrative that we will seek to investigate how the narrator constructs the role of a victim of other characters. That said, the theoretical-methodological basis is based on the assumptions of CHARAUDEAU (2014) and MOSCOVICI (1978). The analyzes are qualitative and linguistic-discursive about the socio-discursive imaginary of the victim's role of the other. To achieve this endeavor, we will use discursive's modes of organization, according to Charaudeau (2014). In such a

* Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora EBTT na Universidade Federal de Roraima. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4081-9734>. gabriela-pa-169@hotmail.com.

resultados esperados, busca-se a presença dos imaginários sociodiscursivos na construção discursiva do outro.

way, as expected results, the presence of the socio-discursive imaginary in the discursive construction of the other is sought.

PALAVRAS-CHAVE: Imaginário sociodiscursivo. Representação do outro. Vítima. Graciliano Ramos. *Memórias do Cárcere*.

KEYWORDS: Socio-discursive imaginary. Representation of other else. Victim. Graciliano Ramos. *Memórias do Cárcere*.

1 Introdução

A escrita de *Memórias do Cárcere*, obra de Graciliano Ramos (1892-1953), foi iniciada quando o escritor ainda estava preso. Sua detenção ocorreu durante o período do Estado Novo (1937-1945), no governo de Getúlio Vargas (1930-1945), justificada pela especulação de que o autor era comunista. Dizemos “especulação” pois não havia provas concretas e suficientes para um processo penal. Mesmo assim, Graciliano Ramos tornou-se um preso político e testemunhou diversas barbaridades, as quais ele e outros presos eram obrigados a vivenciar.

Durante esse período em que foi detento, Ramos fez muitas anotações que, anos depois, foram transformadas em livro. Infelizmente, o romancista morreu antes de concluir esse trabalho de escrita memorialista. Mesmo inacabada, a obra foi publicada, o que nos possibilitou o acesso aos detalhes da prisão de Ramos, realizados com a sua verve e sua crítica mordaz. No dia a dia do cárcere, as notas produzidas pelo autor podem ser consideradas como uma válvula de escape à sua dura e absurda condição de prisioneiro, tal qual a de seus companheiros.

Nos discursos que o sujeito narrador de G. Ramos realiza dos seus companheiros de cárcere, constrói-se imagens dos outros como papel de vítima do aprisionamento. Algumas dessas representações são atribuídas aos personagens pelo próprio narrador, outras são construídas pelos outros e analisadas pelo romancista.

Dito isso, selecionaremos excertos nos quais identificamos a presença da construção discursiva da imagem de vítima do outro. Nosso intuito é compreender

como os imaginários sociodiscursivos estão presentes na projeção dessa imagem aos personagens.

Nessa perspectiva, nossa base teórica principal está nos estudos de Charaudeau (2007, 2014) sobre a concepção dos imaginários sociodiscursivos no âmbito da Análise de Discurso. Pelo fato desse artigo estar centrado nesse conceito, não poderíamos deixar de discorrer alguns aspectos sobre a representação social sob a ótica de Moscovici (1978). Isso porque tais estudos estão alinhados e nos ajudam a melhor compreender como o sujeito projeta imagens ao outro.

Por fim, entendemos que a construção da imagem do outro pelo discurso está estritamente amalgamada com o processo descritivo da linguagem. Assim, o modo de organização do discurso descritivo nos proporciona uma categoria para analisar tal construção.

2 Imaginários sociodiscursivos

Os imaginários sociodiscursivos, para Charaudeau (2007), são formas de compreensões construídas por meio das representações sociais do sujeito falante e produzem significações sobre os objetos do mundo. Os imaginários, aliás, transformam a realidade em real significante, por meio da atividade da linguagem. Sendo assim, consideramos, neste primeiro momento, apresentar conceitos fundamentais no que concerne à produção destes imaginários: representações sociais e construção do real.

Ao discorrer, sucintamente, sobre a emergência da noção de representação social, podemos lembrar que tal conceito surgiu a partir de Émile Durkheim, sob o sintagma de “representações coletivas”. Para o teórico, deve-se observar a especificidade do pensamento social em relação ao pensamento individual. Logo haveria uma distinção entre representações coletivas e representações individuais. A primeira é concebida como fruto de acontecimentos sociais e de consciência coletiva,

por isso o seu estudo estaria destinado à Sociologia. Já a representação individual dos sujeitos ficaria sob a custódia da Psicologia. Na teoria de Durkheim, de acordo com Farr (1995), haveria uma dicotomia entre social e individual e, nesta perspectiva, não se poderia tratar as representações coletivas sob a dimensão individual.

Posteriormente aos trabalhos de Durkheim, o psicólogo social Moscovici refuta a divisão entre o individual e o social, e reformula o sintagma para “representações sociais”. De tal modo, o psicólogo francês argumenta que há uma complementaridade entre ambos na produção da representação, “[...] tanto na medida em que ela possui uma textura psicológica autônoma como na medida em que é própria de nossa sociedade e de nossa cultura” (MOSCOVICI, 1978, p. 45). Para o autor, as representações sociais resultam da dupla dimensão de sujeito e de sociedade, pois é por meio delas, afinal, que o sujeito constrói o seu entendimento do mundo. Em outras palavras, o indivíduo recorre às representações sociais para compreender os objetos do mundo. Em resumo, para o supracitado autor, inferimos a inter-relação existente entre o sujeito e o objeto, entre o individual e o coletivo na configuração do conhecimento, a partir das representações sociais.

Com base nisso, para Abric (1994), o processo de formação das representações ocorre por um sistema cognitivo em que há atividade mental do sujeito para produção de compreensões sobre dado objeto. Além disso, trata-se de uma construção que se realiza por intermédio de um sistema contextualizado, no qual são relevantes as condições de produção do discurso, o contexto ideológico e a posição social do indivíduo ou de um grupo.

As representações sociais têm base em dois processos formadores que se complementam: o processo de objetivação e o processo de ancoragem, conforme Moscovici (1978). O processo de objetivação “[...] faz com que se torne real um esquema conceptual, com que dê a uma imagem uma contrapartida material”

(MOSCOVICI, 1978, p. 107). Ou seja, é um processo que possibilita a materialização dos conceitos, em que há construções de realidades concretas para imagens abstratas.

O processo de ancoragem é “[...] uma integração cognitiva do objeto representado no sistema de pensamento preexistente” (MOSCOVICI, 1978, p. 107). Ancorar é classificar e dar nome a algum objeto, assim, o processo de ancoragem é a nomeação das coisas. Para o estudioso, quando não sabemos o nome de algo, temos a tendência de sentir estranhamento. A ancoragem, nesse caso, transforma o estranho em algo comum e familiar ao classificá-lo e ao nomeá-lo.

Em síntese, ainda conforme Moscovici (1978), o processo de objetivação cria a realidade do objeto, e o processo de ancoragem lhe atribui significados. Podemos nos valer do exemplo utilizado pelo teórico para exemplificar tais processos: a noção de Deus. Nesse viés, a imagem construída de Deus e a sua nomeação estão no nível do abstrato e da ancoragem, ao passo que, quando atribuímos uma característica de bom pai a Deus, estamos produzindo uma realidade concreta, porque utilizamos algo empírico e conhecido, como as boas qualidades de pai, para tentar codificar a imagem de Deus.

No campo da Semiologia, Charaudeau (2007) retoma a noção de representações sociais “[...] como um mecanismo de construção do sentido que modela, formata a realidade em real significante, engendrando formas de conhecimento da ‘realidade social’” (CHARAUDEAU, 2007, p. 574). Para ele, pensar em representações sociais é tomá-las como engendramento dos saberes e dos imaginários. Nesse ponto, chegamos ao segundo conceito fundamental para entendermos os imaginários sociodiscursivos: a construção do real.

Segundo os pensamentos de Charaudeau (2007), as noções de real e de realidade foram, por muito tempo, tomadas como sinônimas. Desde Platão, o real está na ordem do empírico e dos objetos que são exteriores ao homem; desse modo, o real, ou a realidade, é um mundo que existe independentemente do indivíduo. Entretanto

Charaudeau (2007) acredita ser necessário realizar uma distinção entre real e realidade, e lança uma hipótese face aos estudos sobre o signo linguístico, na linha de Saussure e de Benveniste. Para o autor,

[...] o signo, com sua dupla face significante/significado, caracteriza-se por uma tripla dimensão: referencial (remete a qualquer coisa do mundo), simbólico (constrói o sentido a partir deste mundo), contextual (adquire sentido dentro de uma ampla combinação contextual). Ele resulta da definição de que o significado não é a própria realidade, mas uma construção significante do mundo (CHARAUDEAU, 2007, p. 574).

Diante do entendimento de Charaudeau (2007) sobre o signo linguístico, vemos a proposição de que a realidade corresponde ao mundo físico que se impõe ao homem, em um estado bruto *a-significante* e ainda *a-significado*. O real, por sua vez, refere-se ao mundo construído por meio da atividade significante do homem e pelo exercício da linguagem. O real é, pois, imbricado à atividade racional. Diante disso, Charaudeau (2007) concorda com a proposição de Hegel (2007, p. 574), para quem “[...] o que é racional é real, o que é real é racional”, acrescentando que “[...] o que é racional é, por si só, marcado pelo afeto e pelo emocional”.

A realidade, ainda para o autor francês¹, precisa passar por um processo de formatação para tornar-se real. Tal processo ocorre, então, por meio da razão e da emoção que, por sua vez, realizam-se por meio da linguagem. Como podemos notar na hipótese levantada por Charaudeau (2007), a linguagem seria o veículo necessário para transfiguração da realidade em real. Nesse aspecto, podemos considerar que o real é o processo racional e emocional de entendimento do homem sobre o mundo.

¹ Há uma distinção entre os pressupostos de Charaudeau (2007) e os da Psicanálise sobre o real e a realidade. Nos estudos psicanalíticos lacanianos, a realidade é tida como simbólico-imaginária e construída por cada sujeito face ao real. O real, por sua vez, tem caráter evasivo de sentido, sendo, portanto, impossível de ser simbolizado e assimilado.

Com base nas considerações acima, os imaginários sociodiscursivos são formas de representações de entendimentos do ser humano sobre o real que se constrói por intermédio da linguagem.

Charaudeau (2007) faz uma explicação sobre o uso do sintagma imaginário sociodiscursivo. A utilização do termo “imaginário” tem como aporte as teorias antropológicas, que consideram os rituais sociais, os mitos e as lendas como formas discursivas que mostram as relações humanas. O imaginário é fruto de processo de simbolização do mundo que ocorre em ordem afetiva e racional, por meio da intersubjetividade, e se instala na memória coletiva da sociedade. Ele, então, adquire dupla função de criação de valores e de justificação da ação. Por conseguinte, será por meio do imaginário, emergente das representações sociais, que o sujeito construirá sua percepção e sua significação dos objetos do mundo, transformando, pois, a realidade em real significativa.

O imaginário pode ser social quando se insere em uma representação que é realizada dentro de um domínio de prática social, como o artístico, o político, o jurídico etc. Nesse ponto, de acordo com o linguista (CHARAUDEAU, 2007), pode-se pensar em imaginários pessoais quando as percepções de mundo são realizadas na história íntima do indivíduo, como a morte de um parente. Os imaginários sociais, por sua vez, são caracterizados sob o entendimento de dimensões coletivas, como a morte de Cristo, por exemplo, que pode suscitar um imaginário social de salvação aos pecadores para um certo grupo de pessoas.

Para completar a justificativa do sintagma, os imaginários serão sociodiscursivos quando forem representações coletivas sobre uma percepção de mundo realizada por meio da linguagem, dos discursos. A construção discursiva dos imaginários, ainda na esteira de Charaudeau (2007), pode ser realizada por meio dos discursos narrativos e argumentativos, já que o sujeito falante pode, por meio deles, propor descrições e explicações dos objetos, conforme os saberes e a visão

representacional do indivíduo ou do grupo. Os saberes que atravessam os discursos sobre o mundo são compostos, por vezes, de *pathos*, quando o saber se produz pelo afeto; de *ethos*, no caso de o saber ser realizado pela imagem de si ou do outro; e/ou de *logos*, se o saber ocorre pelo argumento racional.

Pelo fato de os imaginários sociodiscursivos serem representações sociais estabelecidas e produzidas em determinada prática social, concordamos com Charaudeau (2007) sobre o fato de que eles passam por filtros axiológicos que podem mudar os valores dos imaginários. Na tentativa de explicar esse processo, podemos pensar no imaginário sobre o tradicionalismo, que pode adquirir valor positivo para um coletivo de pessoas que gostam de praticar e de sustentar práticas tradicionais de religião e de família. Contudo esse mesmo imaginário pode ter um valor não positivo para aqueles que são mais inovadores e gostam de mudanças, como as que ocorrem em práticas sociais que visam às evoluções tecnológicas.

3 Os modos de organização do discurso

Os modos de organização do discurso (doravante mod's) possuem funções de base correspondentes às finalidades discursivas do sujeito enunciador em seu projeto de fala. A finalidade de enunciar molda o mod Enunciativo, a de descrever, o Descritivo, a de contar e narrar, o Narrativo e a de argumentar, o Argumentativo.

Na esteira de Charaudeau (2014), o modo Enunciativo comanda os demais, pois intervém na encenação discursiva de todos os outros. Ele consiste em analisar os “seres de fala”, internos à linguagem. Assim, sua perspectiva é a de organizar as categorias da língua e compreender as posições e as relações que os sujeitos ocupam em relação ao interlocutor, ao que ele diz e ao que o outro diz. Em suma, os objetivos do referido modo poderiam ser assim explicados:

- ✓ Entender a relação de influência entre o locutor e o interlocutor em um comportamento alocutivo;

- ✓ Estabelecer o ponto de vista do locutor em um comportamento elocutivo e;
- ✓ Retomar a fala de um terceiro em um comportamento delocutivo.

Esse modo possibilita, ainda, a análise de monólogos internos de protagonistas que são apresentados pelo narrador de primeira pessoa em uma narrativa de vida. O dialogismo interno (MACHADO, 2016) que ocorre nos pensamentos dos protagonistas pode resultar em um desdobramento de *eus* que sustentam posições ideológicas diferentes ou similares.

No comportamento alocutivo, o sujeito falante enuncia sua posição em relação ao interlocutor e atribui *papéis languageiros* para si e para o outro. Esses papéis podem ser divididos em dois tipos: posição de superioridade e posição de inferioridade. No primeiro, o locutor impõe uma ação (fazer fazer/fazer dizer) para o interlocutor com o qual estabelece uma relação de força. No segundo, o sujeito assume uma posição na qual necessita do “saber” e do “poder fazer” do interlocutor, e estabelece uma relação de petição entre ambos (*ibid.*).

Nessa perspectiva, podemos compreender que a relação de influência entre o locutor e o interlocutor depende das posições sociais e ideológicas de ambos. Nisso, a relação entre ambos se define de acordo com as características identitárias dos parceiros da comunicação: sociais (raça, classe etc.); socioprofissionais (médico, escritor etc.); psicológicas (inquieto, nervoso, sereno etc.) e relacionais (os parceiros entram em contato pela primeira vez ou não, eles se conhecem ou não, têm uma relação de familiaridade ou não) (*ibid.*).

No comportamento elocutivo, o sujeito falante enuncia seu ponto de vista sobre o mundo. A organização dos pontos de vista, de acordo com o linguista francês, pode ser especificada como (*ibid.*):

1. O ponto de vista do *modo de saber*, que demonstra a maneira por meio da qual o locutor tem o *conhecimento* sobre determinado assunto, corresponde, desse modo, às modalidades de *constatação* e de *saber/ignorância*;

2. O ponto de vista de *avaliação*, no qual se tem que a maneira como o sujeito *julga* determinado assunto e/ou o enunciado corresponde, portanto, às modalidades de *opinião* e de *apreciação*;

3. O ponto de vista de *motivação*, que especifica a *razão* pela qual o sujeito é levado a realizar alguma atitude ou enunciado, corresponde às modalidades de *obrigação*, *possibilidade* e *querer*;

4. O ponto de vista de *engajamento*, que mostra o grau de *adesão* do sujeito, corresponde às modalidades de *promessa*, *aceitação/recusa*, *acordo/desacordo* e *declaração*.

5. O ponto de vista de *decisão*, que especifica o *estatuto* do locutor e o *tipo de decisão* que o ato de enunciação realiza, corresponde, pois, à modalidade de *proclamação*.

No comportamento delocutivo, o sujeito falante *testemunha* a maneira pela qual os discursos dos outros se impõem a ele e como podem se apresentar em duas possibilidades: na primeira, o locutor diz “como o mundo existe”, relacionando-o a seu grau de *asserção*. É o caso das modalidades de *evidência* e *probabilidade*; na segunda, o locutor *relata* “o que o outro diz e como o outro diz”. Estariam nesse caso as diferentes formas de *discurso relatado*. Vale ressaltar ainda que as modalidades delocutivas são desvinculadas tanto do locutor quanto do seu interlocutor.

Para pensar no modo Descritivo, Charaudeau (2014) situa sua proposta na perspectiva da Semiótica, que entende a descrição como procedimento linguístico na construção de um relato. Portanto, descrever e narrar são atividades que, embora diferentes, combinam-se no fazer discursivo. Enquanto a narrativa expõe a experiência e o desenvolvimento das ações no tempo, a descrição consiste em ver um “mundo parado” e faz existir os seres, ao nomeá-los, localizá-los e atribuir-lhes qualidades.

Interligados entre si, os modos Descritivo e Narrativo possibilitam a criação de efeitos de sentido em relação às identidades e às qualificações dos personagens. Como exemplo disso, o linguista supracitado (2014) aponta a diferença entre dois

enunciados: “o camundongo salvou o leão” e “o pequeno camundongo salvou o leão, rei dos animais”. A descrição do segundo enunciado permite ao leitor saber a caracterização da identidade dos personagens e construir os efeitos de sentido que tais informações permitem induzir.

A construção do modo Descritivo baseia-se em três componentes discursivos: nomear, localizar-situar e qualificar.

Nomear é atribuir existência linguística a um ser no mundo, é o resultado de uma operação que consiste em fazer existir seres significantes no mundo, ao classificá-los e identificá-los por meio de procedimentos de identificação. Os seres podem ser identificados como referência material, como um objeto, ou não material, como um sentimento. Podem ainda ser nomeados com identificação genérica ou específica.

Localizar-situar determina o lugar que algo ou alguém ocupa no espaço e no tempo. O procedimento para descrever qual momento e lugar o sujeito ocupa tende a ocorrer por meio de uma construção objetiva do mundo. O sujeito falante, então, fornece dados como cidade, ano, país etc.

Qualificar acompanha o componente de nomear, pois ambos consistem em atribuir algo que caracteriza e especifica um ser. Entretanto, a qualificação é realizada por processo mais subjetivo do sujeito falante que está intrinsecamente relacionado com as crenças de quem qualifica. Para Charaudeau (2014), a descrição por meio de tal componente permite que o sujeito enunciativo satisfaça o desejo de *posse do mundo*, pois atribuir descrições é uma ação que se baseia na própria visão de mundo. A qualificação pode ser produto de uma construção objetiva ou subjetiva do mundo; quando construída neste último modo, possibilita a manifestação do imaginário, individual ou coletivo, sobre o ponto de vista do sujeito acerca de algo/alguém no mundo.

A encenação descritiva permite que o discurso produza efeitos de sentido, e pensando junto ao teórico francês, entendemos que tais efeitos são efeitos possíveis, pois nem todo leitor/locutor pode percebê-los no enunciado.

A organização da lógica narrativa apontada pelo linguista (CHARAUDEAU, 2014) apresenta-se como uma dentre tantas hipóteses de construção de uma história baseada na configuração enunciativa. Na ótica do autor, essa organização constrói-se por meio de três componentes: actantes, processos e sequências.

Os actantes desempenham papéis narrativos, seja de agressor, vítima, aliado. Desse modo, actante e personagem se distinguem, pois o actante vítima, por exemplo, pode ser executado por diversas figuras da trama. Da mesma análise, um personagem pode desempenhar diversos papéis de actantes no enredo, ora de vítima, ora de agressor. Os processos e funções narrativas referem-se à semantização das ações; já as sequências concebem os princípios de organização e de coerência. O autor produz dois questionários sobre tal assunto, um sobre os actantes narrativos e o outro sobre os processos narrativos, os quais reproduziremos nos anexos.

A descrição e a narração são duas organizações do discurso que se entremeiam na enunciação, pois, ao narrar o sujeito enunciador utiliza recursos linguísticos descritivos. Logo, chegamos no modo de organização narrativo. De acordo com Charaudeau (2014), é importante salientar que contar vai além de simplesmente descrever sequências de fatos. A narrativa exige um narrador e um contexto. Isto é, para que os enunciados sobre acontecimentos se tornem narrativas, necessita-se de um mundo verossímil nas palavras. A situação relatada exige que o narrador contextualize a história em noções de espaço e tempo.

O linguista francês frisa a importância da dialética entre esses dois modos, contudo, é importante não os confundir. Ambos se distinguem pelo tipo de visão do mundo que constroem e pelos papéis desempenhados pelo sujeito que descreve e que narra.

Em relação à visão de construção sobre o mundo (*ibid.*), no modo descritivo ela é produzida conforme o reconhecimento e a ação de mostrar do sujeito enunciador. Em outras palavras, as coisas existem como um “estar aí” apresentado no discurso.

Por outro lado, no modo narrativo o mundo é conduzido por sucessões de ações que se influenciam umas às outras e se transformam em um encadeamento progressivo de situações.

Referente aos papéis do sujeito, para Charaudeau, no modo descritivo ele desempenha o papel de observador dos detalhes, de sábio, ao identificar, nomear e classificar os objetos e as pessoas do mundo, e de alguém que os descreve e os mostra, de forma objetiva ou subjetiva. No modo narrativo, o sujeito desempenha o papel de testemunha, fictícia ou não, dos acontecimentos.

4 Projeções narrativas e identitárias da imagem de vítima do outro

Iremos analisar nessa seção quatro situações narrativas nas quais é construída a imagem de vítima do personagem na trajetória de peripécias de G. Ramos no cárcere. O primeiro deles é a figura de Capitão Mata, que divide a cela com o autor desde os primeiros dias. As primeiras observações das quais o narrador toma nota demonstram o papel de vítima que lhe é atribuído:

Voltando-me, percebi ao meu lado o capitão Mata, expansivo, amável, a dizer-me coisas que não entendi bem. Formei sobre elas um juízo confuso, alterei-o e corriji-me depois, mas a princípio, desatento e mudo, com certeza dei ao rapaz uma impressão lastimosa. Confessou-me que estava inocente e era vítima de enredos e maroteiras dos colegas; necessitava repisar isto, como se eu fosse julgá-lo — estava inocente (RAMOS, 1994, p. 68).

Os relatos iniciais do companheiro de cela descrevem características emotivas e comportamentais: “expansivo” e “amável”. No primeiro encontro entre eles, capitão Mata frisa ser vítima de emboscada de colegas, portanto, sente a necessidade de ser julgado como inocente.

A atribuição de papel narrativo de vítima não é construída por G. Ramos e projetada no personagem; essa imagem é autoconstruída por capitão Mata, por isso, no lugar de relatar “ele era vítima”, o enunciador narra: “confessou-me que estava inocente e era vítima”. O uso do discurso relatado indireto, nesse caso, mostra o distanciamento de G. Ramos em relação ao dito do outro, ou seja, essas são as palavras de capitão Mata, não dele.

Em outras passagens narrativas, G. Ramos volta a relatar o desejo de capitão Mata em ser visto como vítima:

Felizmente o homem não ligou importância a ela, deu-me as costas, voltou-se para o meu companheiro e interrogou-o com dureza. Capitão Mata apurou-se, declarou-se vítima de calúnias e perseguições, como tinha por hábito fazer (RAMOS, 1994, p. 69).

Afinal o meu caso era semelhante a dezenas de outros; parecia-me estulto desviar para ele a atenção de viventes ocupados nos seus negócios. Capitão Mata e Manuel Leal tinham-me aborrecido em demasia a alegar inocência, a falar em perseguições, iniquidades. Essas lamúrias egoístas enraiveciam-me (RAMOS, 1994, p. 145).

Nas descrições e narrações que o sujeito enunciador de G. Ramos faz do seu companheiro de cela, em nenhuma vez identificamos o papel de vítima construído pelo narrador. Em todas as recorrências é sempre capitão Mata que constrói para si esse papel e tenta convencer os outros dessa posição. Os verbos que constituem o discurso indireto demonstram o afastamento do narrador diante da imagem atribuída, como “declarou-se”.

Nos trechos citados, notamos o *ponto de vista de engajamento* delineado pela modalidade de *recusa* do discurso do outro. A recusa resulta em outro ponto de vista, o de *avaliação*, no qual o sujeito narrador faz julgamentos do comportamento alheio.

Os julgamentos resultam em comportamentos enunciativos, como: “tinha por hábito fazer” e “essas lamúrias egoístas enraiveciam-me”.

A primeira observação de G. Ramos, “tinha por hábito fazer”, revela uma análise do narrador sobre a repetição das alegações de inocência do personagem. Essa reincidência enunciativa e comportamental de capitão Mata não agrada G. Ramos e não o convence do papel de vítima. Na segunda opinião do narrador, “essas lamúrias egoístas enraiveciam-me”, temos o uso descritivo de qualificação de apreciação negativa com carga moral: “egoísta”. O uso desse axiológico demonstra que o sujeito enunciador constrói avaliações negativas diante do desejo repetitivo de ser visto como vítima de capitão Mata. Aliás, essa descrição está baseada no universo de crenças do narrador sobre o que é bom ou mau nessa situação de cárcere. Podemos realizar possíveis interpretativos dessas crenças e inferir que para o enunciador todos ali presentes no cárcere são vítimas. Portanto, a alegação de ser visto como sofredor e inocente é um tanto quanto egoísta, pois, na verdade, todos os presos políticos naquele momento eram vítimas da ditadura do governo. A recorrência em ver-se vítima de capitão Mata pode também ser interpretada como um anseio de excluir da sua imagem o papel de comunista.

A relação interpessoal com capitão Mata, no que se refere à imagem de vítima, é abordada por distanciamento, além do que não há construções de processos narrativos nos quais arquiteta-se cenas que produzem efeitos da relação agressor/vítima. Em outras cenas, todavia, é possível perceber o processo narrativo e o papel de vítima que são projetados nos outros personagens, pelo ponto de vista do narrador. Esse é o caso de Carlos Van der Linden, estudante do Rio Grande do Norte:

O indivíduo que mais me impressionou ali foi Carlos Van der Linden, não porque manifestasse qualquer particularidade vultosa, mas por me haver começado a expor uma das coisas mais dolorosas engendradas pela cadeia. Era um rapaz magro, de rosto fino e pálido, a exprimir resignação, a irradiar simpatia. Uma dor profunda e serena. Estou a vê-lo sentado na bagagem,

os braços cruzados, os lábios entreabertos, a arfar. Cobria-lhe o peito débil uma blusa fina, azul-marinho, de mangas curtas, à altura dos cotovelos. Chegaram-me, em pedaços de conversa, em frases incompletas, insinuações malignas a respeito dessa personagem. Não inspirava confiança. Por quê? Afirmaram-me vagamente que Van der Linden de certo modo se ligava à polícia, pelo menos se ligara. Acusação de tal monta, lançada sem prova, alarmou-me. Considerei que eu próprio ainda na véspera fora tomado como espião. E agora me faziam confiança de tanta gravidade. Qual o motivo da reviravolta? Despropósito na suspeita e na segurança com que me falavam, especialmente na segunda. Afinal os receios se justificavam, defesa natural. A mudança repentina me sobressaltou: nenhuma razão para me virem contar segredos. Busquei evitá-los, contrafeito. Como as informações se multiplicassem, tentei saber em que se baseavam. Nada de concreto: sugestões malévolas apenas. Índícios confusos encorpavam ali dentro, ganhavam relevo, mudavam-se em provas (RAMOS, 1994, p. 223).

O processo narrativo da situação de agressão e da história da vida de Carlos Van der Linden no cárcere podem ser reconstruídos por nós, com base em Charaudeau, no modo de organização descritivo e narrativo.

O processo narrativo dessa história secundária está na ação de acusação de traidor, que move o relato desse episódio da vida de Carlos Van der Linden. Tal denúncia é realizada por alguns detentos e é descrita como algo que “não inspirava confiança”. Dessa atividade alheia, inferimos o *ponto de vista de avaliação* do narrador de G. Ramos, por intermédio das modalidades enunciativas de *opinião* e de *juízo*. Tais modalidades podem ser resgatadas por meio das qualificações dessa ação, e transmutam para o discurso as crenças dele, quais sejam:

Quadro 1 – Descrição da ação.

Descrição da ação	
Acusação de traidor	Lançada sem prova Vagamente Despropósito Sugestões malévolas Índícios confusos

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Em face dessas descrições, temos o papel narrativo de *actante-agressor* projetado nos personagens que faziam as acusações, tomados como agentes que cometem um malefício de ato intencional contra uma vítima que sofre essa ação. Nesse caso, díspar da imagem de vítima de capitão Mata, com a figura de Van der Linden, temos a construção identitária e o processo narrativo que a justifica sendo produzidos pelo narrador. Em outras palavras, o papel de vítima de capitão Mata era construído pelo próprio personagem e não validado pelo narrador, já com Van der Linden, esse papel é produzido pelo narrador e argumentado pelo processo narrativo da ação.

No fragmento abaixo, temos a construção narrativa da ação de acusação e em outras passagens deparamo-nos com a imagem que é projetada no personagem como vítima da ação:

Lembrei-me da viagem, das suspeitas que a bordo zumbiam sobre Van der Linden. Forjavam-se ali perigos inverossímeis, injustiças alargavam-se — e a vítima afinal vivia num ambiente hostil, percebia navalhas nos espíritos, gelo nas fisionomias, isolava-se na multidão (RAMOS, 1994, p. 168).

Van der Linden e Mário Paiva também cuspiam sangue. No porão do *Manaus* tinham perfeita saúde. Mário Paiva me bebera meia garrafa de aguardente e me chateara em demasia: “— Lobato tinha uma flauta. A flauta era do Lobato.” Pobre do Van der Linden. Já nesse tempo se isolava, cercado por antipatias contagiosas, vagas censuras encobertas. A velha blusa de mangas curtas exibia os braços finos, as costelas, o peito débil (RAMOS, 1994, p. 245).

A representação do papel de vítima é discursivamente realizada pela atribuição direta que G. Ramos lança para o personagem no enunciado “a vítima afinal vivia num ambiente hostil”. A identidade desse personagem é traçada pelo processo de *individualidade*, ou seja, pela inclusão do traço de personalidade moldado como vítima de injustiça. A representação de mártir é desenvolvida pela ação de calúnia que tem por fim o intuito de degradar o papel social do personagem. A degradação identitária

é realizada por meio de agressões verbais que são interpretadas pelo narrador de G. Ramos como injustas.

O resumo da história de Van der Linden inicia-se no navio *Manaus*, que segue para o Rio de Janeiro, lá, ele é transferido para um dos piores espaços narrados em *Memórias do Cárcere*, a Colônia Correccional. Por consequência dessa vivência, a saúde do personagem é prejudicada, ao ponto de ser relatado por G. Ramos que ele cuspiu sangue e não conseguia ficar em pé. Nas últimas páginas do volume II é narrada a soltura de Van der Linden.

Inferimos que a representação de capitão Mata e de Carlos Van der Linden é permeada por *continuidades* na construção de imagem: capitão Mata, com o papel de egoísta, e Linden, com o de vítima até findada a narrativa. Não obstante, com a figura de Miranda, podemos resgatar um processo identitário que se configura pelas *mudanças*.

De início, para compreender essa transformação representacional do outro, observaremos os primeiros relatos sobre o personagem Miranda:

Pouco depois de nos haverem chegado os fugitivos do Pedro I, Sisson, Desidério, Ivan, presos ao cabo de horas de liberdade precária, uma estranha personagem surgiu no Pavilhão. Antecedera-a a grande fama. Organizador de mérito singular, altamente colocado no Partido Comunista, homem de saber e tato, viera do campo; notabilizara-se pela experiência conseguida no interior. Aliando a teoria à prática, subira rápido. Um dos mais notáveis influentes na sublevação de 1935 (RAMOS, 1994, p. 88).

Achava-me desejoso de conhecê-lo. Ouvia quase diariamente as palestras de Rodolfo, espalhadas em geral sobre toda a América do Sul, e interessava-me escutar o dirigente nacional: com certeza nos apresentaria o Brasil, bem conhecido em lentas observações, nas viagens e fugas arriscadas. Em seguida ao panorama, vinham dar-nos o pormenor. Esse indivíduo me acirrava a curiosidade. Chamava-se Miranda. O verdadeiro nome era Antônio Maciel Bonfim, mas na vida ilegal adotara o pseudônimo, vulgarizado na prisão, e por ele o conheciam. Veio doente, consequência de maus tratos recebidos na Polícia Central, e ficou algum tempo na

enfermaria, a sala à esquerda, além da grade. Isso desenvolveu a simpatia curiosa das células e indignou-as: nunca os métodos brutais da reação, pareceram, invisíveis e ampliados, tão bárbaros. Ferimentos vários cicatrizavam à nossa vista e não nos sensibilizavam, as próprias vítimas pareciam esquecer-los. As torturas infligidas a Miranda, arriado numa cama ali perto, conjugavam-se a aventuras e perigos, romantizavam-no, quase o glorificavam. Tínhamos enfim matéria suficiente para um esboço de herói (RAMOS, 1994, p. 211).

Na narrativa do outro, o narrador realiza a apresentação da imagem do personagem de Miranda, nisso, há a contextualização sobre essa figura. O narrador, nesse caso, utiliza um recurso de descrever características de Miranda antes mesmo da apresentação do seu nome. Essa organização discursiva pode ser inferida porque tem o efeito de ressaltar os aspectos sociais e identitários da representação simbólica de herói. O nome verdadeiro do sujeito em questão é Antônio Maciel Bonfim, dirigente nacional do partido comunista.

A imagem pré-construída desse personagem é delineada por diversas qualificações positivas, como “grande fama” e “homem do saber e do tato”. Tais descrições imputam a identidade de ser intelectual e de muitos conhecimentos, inclusive sobre o contexto social e político do Brasil. Por se tratar de uma pessoa que possuía alto cargo no partido comunista, criava-se uma representação heroica desse personagem, principalmente pelo fato de ter sido agredido na prisão e apresentar as cicatrizes dessa tortura.

As descrições sobre a personalidade, o cargo no partido comunista brasileiro, a prisão e agressão geraram expectativas no narrador em conhecer tamanha figura. A avaliação e a opinião do enunciador molda-se, desse modo, por seu universo de crenças e configura-se discursivamente na representação antecipada do outro como herói. A crença de G. Ramos pode ser delineada pela enunciação do que ele considera serem efeitos notáveis. Transfigurada para Miranda, a admiração recai devido a uma pré-imagem produzida pelas características de um personagem sábio, que conhece

bem a prática e a teoria, o qual inclusive foi torturado e conseguiu se elevar. Nesse sentido, o papel de vítima eleva-se para o de herói, uma vez que ao ser agredido ele evoluiu e conseguiu se reerguer.

Essas características da vida de Miranda moldam a representação de herói para um grupo social específico, os comunistas e os simpatizantes. Isso porque esses aspectos, para outro grupo, seriam a configuração de um marginal, um terrorista que atenta contra a segurança nacional. Desse modo, a construção dessa imagem de herói do outro revela o universo de crenças do narrador, e expressa quais características um sujeito deveria ter para ser tomado como tal.

A expectativa pela presença do personagem é tanta que G. Ramos revela que as cicatrizes alheias e os sofrimentos de outrem pareciam ser “menores” diante da peripécia de Miranda. Assim, as aventuras e os perigos que essa figura experimentou em sua vivência eram tidas como “algo maior”, como uma luta para o bem de todos.

Todavia, na narrativa de vida de Miranda não nos deparamos com a continuidade representacional de vítima e herói. A individualidade da identidade que lhe fora atribuída como símbolo da luta dos comunistas e como intelectual foi transformada aos poucos no decorrer das memórias narradas de G. Ramos. A primeira quebra da imagem pré-construída de herói configura-se pelo primeiro discurso de Miranda, tão esperado por G. Ramos:

O essencial é desconfiar das lisonjas, representar de olhos abertos e com sangue frio o seu papel de símbolo; se se atribui valores duvidosos, se se enche de soberba, pode rebentar como um pneumático (RAMOS, 1994, p. 208).

Iria provavelmente acontecer isso a Miranda. O seu primeiro discurso, fluxo desconexo, me surpreendeu e irritou. Depois das palestras sérias de Rodolfo, aquilo fazia vergonha, uma palavrice infundável, peca, de quando em quando interrompida com uma frase boba, transformada em bordão: “— Isto é muito importante.” Em vão buscávamos a importância, e o aviso tinha efeito burlesco. Ausência de pensamentos e fatos, erros numerosos de

sintaxe e de prosódia. Essas incorreções não se deviam apenas à ignorância do orador, realmente grande. O singular dirigente achava que, para ser um bom revolucionário, lhe bastava conhecer o ABC de Bukharin (RAMOS, 1994, p. 97).

No discurso de Miranda, G. Ramos expressa sua apreciação desfavorável ao papel de vítima e de herói, sobretudo o de intelectual. A desconstrução da imagem de intelectual é realizada pela observação que o narrador faz do excesso de autoelogios e da soberba em ser visto como um herói, apresentada por Miranda. Aliado a isso, o discurso do personagem causava desgosto no narrador por não apresentar argumentos que justificassem a repetição do termo “isto é muito importante”.

Diante dessas considerações, notamos as transformações e as *mudanças* identitárias que são construídas ao longo da narrativa para o personagem. O ponto de vista de avaliação do narrador demonstra essa mudança devido ao seu universo de crenças. Ou seja, não há continuidade identitária de herói e de intelectual porque a prática do outro não condiz com os imaginários sociodiscursivos do sujeito enunciador.

No imaginário sociodiscursivo da representação de um herói intelectual e prático, para G. Ramos, haveria de existir alguns aspectos no que se refere ao papel de Miranda como orador diante dos demais presos, aspectos esses que demonstrariam a destreza ao discursar com clareza e a boa argumentação dos fatos. Nisso, há a crítica do narrador diante da superficialidade da enunciação do outro, ademais, percebemos ironia em “o singular dirigente achava que, para ser um bom revolucionário, lhe bastava conhecer o ABC de Bukharin” (RAMOS, 1994, p. 97).

A organização irônica pode ser apreendida no que tange à representação de “um bom revolucionário”, em contraste com “bastava conhecer o ABC de Bukharin”. Essa oposição traz à tona duas vozes morais: uma que defende que um revolucionário deve saber muito mais que apenas as ideias de um teórico. Como vimos no excerto

anterior, G. Ramos esperava pelo discurso de Miranda com a expectativa de ele fornecer conhecimentos sobre a política e a economia nacional. Ou seja, esperava um saber aprofundando sobre as situações e os flagelos que os brasileiros eram obrigados a vivenciar devido às crises políticas. E: uma voz que expressa a superficialidade de apenas conhecer conceitos básicos do revolucionário Nikolai Burkharin.

Ao passo que a narrativa de vida de G. Ramos vai sendo relatada, temos novamente *mudanças* na representação de Miranda, como podemos ver em:

Era noite, haviam trancado os cubículos, a Rádio Libertadora funcionava. De repente, modificação no programa: uma rapariga entrava na sala 4. Dada a notícia, o locutor, segundo o costume, se animou e exigiu:

– Uma salva de palmas à companheira Fulana.

O entusiasmo vibrou, em conformidade com a exigência, acalmou-se, resolveu agüentar os percevejos e dormir. De repente a voz de Miranda se elevou, oferecendo-nos a seguinte informação:

– Essa novata é uma que na vida ilegal se chamava... E atirou-nos a alcunha da recém chegada.

Uma interjeição de pasmo ecoou. Com todos os diabos! Uma criatura cheia de responsabilidade largava tal denúncia a estranhos, aos faxinas e aos guardas. Sim senhor! Leviano apenas? Afastei essa fraca atenuante. As maneiras desagradáveis do homem, a desfaçatez, a exibição dos golpes infamantes, as arengas vazias e palavrosas, ligavam-se à coisa recente, convenciam-me de que não nos achávamos diante de um simples charlatão. Em quem deveríamos confiar? Felizmente aquele se revelava depressa (RAMOS, 1994, p. 76).

Só entre os comunistas havia confiança, mas ainda aí surgiam às vezes surpresas. O dirigente de importância se chegava a polícia. Miranda me parecera, não sei por que, um tipo duvidoso. Observação involuntária. A pimponice, a mentira, a exposição vaidosa de ferimentos leves deixavam-me com a pulga atrás da orelha. Uma ligeira conversa — e separação definitiva. Tempo depois o miserável andava a elogiar Hitler, a dizer que o verdadeiro comunismo se realizava em Berlim (RAMOS, 1994, p. 111).

Com base nesses excertos, compreendemos as *mudanças* de imagens que são construídas devido às ações de Miranda. A observação que G. Ramos relata, sobre o episódio no qual o dirigente expõe o nome do membro diante de guardas e de demais pessoas, o assustou. Essa mulher, a qual o sujeito falante não divulga em suas memórias, estava livre e lutava pelos ideais comunistas. A revelação do nome dela é um ato perigoso, pois na apresentação de rádios e demais situações comunicativas, o nome utilizado é um pseudônimo para que assim se resguardassem das prisões e das torturas.

Depois da publicação de *Memórias do Cárcere*, essa informação e a desconfiança levantada por G. Ramos ajudaram a contribuir para burburinhos políticos. Afinal, havia que se levar em consideração que um dos principais personagens do Partido Comunista entregava os demais colegas. Parte da antipatia direcionada a Miranda pode ser inferida pelo posicionamento político de G. Ramos, que simpatizava com os ideais de Carlos Prestes.

Vale, nesse ponto, fazer um breve relato da vida de Miranda. Houvera uma rivalidade dentro do Partido Comunista devido a impasse entre Prestes e Miranda, porque o secretário não admitia a inclusão de Prestes no partido por divergências de ego, ambos queriam estar no poder quando a revolução se iniciasse.

A divisão dentro do partido político foi deveras consequente para a vida de Miranda. Ele foi preso com a esposa, Elza Fernandes, em janeiro de 1936, quando foi duramente torturado, com relatos de agressões feitas por agulhas debaixo das unhas e surras que o levaram à inconsciência. Miranda adotou a estratégia de somente confirmar para polícia os dados de que ela já tinha conhecimento e ocultar aqueles que a organização não sabia. Talvez, por isso, quando Elza foi solta, em 1936, houve grande desconfiança do papel dela nessa liberdade, porque a polícia permitia encontros dela com Miranda.

Levantada tal hipótese, Elza foi considerada delatora para a polícia, e por isso foi assassinada pelos próprios membros do partido, a mando de Prestes. Ao tomar conhecimento da morte da esposa, Miranda sente-se traído e colabora com a polícia no fornecimento dos nomes dos demais revolucionários. Ele teve sua liberdade em 1945, sem um rim e com tuberculose, foi expulso do partido e faleceu poucos anos depois, em consequência das torturas. A suspeita da traição de Miranda não é somente enunciada por G. Ramos; autores da História Brasileira, como Leôncio Basbaum, Edgar Carone e Jonh Foster Dulles, consideravam que o personagem se tratava de um espião infiltrado pela polícia. Seja como for, não nos cabe neste artigo afirmar se Miranda foi realmente um traidor ou somente um injustiçado. Como analista do discurso, cabe-nos basear na organização discursiva e nos efeitos que o *corpus* nos permite analisar.

Após tomar ciência de um pouco da história de vida de Miranda, voltamos para a análise das mudanças identitárias dessa figura nas memórias de G. Ramos. A enunciação do *ponto de vista de avaliação* e de *opinião* sobre as ações e as imagens do personagem transfiguram de vítima e intelectual para mal orador e suspeito de traição. Essas atribuições de características são formuladas com base nos imaginários sociodiscursivos que habitam o universo de crenças do narrador.

A apreciação negativa, imputada às *transformações* das representações, pode ser compreendida conforme as descrições qualitativas que podem ser melhor vistas no quadro a seguir:

Quadro 2 – Transformações das projeções identitárias de Miranda.

Transformações das projeções identitárias de Miranda			
Intelectual	Vítima	Mal orador	Suspeito de traição
Organizador de mérito singular	Doente	Soberba	Denúncia estranha
Homem de saber e tato	Torturado	Ignorância do orador	Leviano
Notável influente	Romantizam-no	Valores duvidosos	Charlatão
	Herói	Ausência de pensamentos e fatos	Tipo duvidoso
		Erros de sintaxe e prosódia	Miserável por elogiar Hitler

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

A estratégia discursiva em informar e transformar os aspectos da identidade de Miranda aos poucos é aspecto que consideramos ser analisado com base no efeito de realidade e de ficção. Ou seja, compreendemos que o narrador procura enunciar em seus escritos as memórias dos acontecimentos à medida que elas ocorreram cronologicamente. Ele poderia resumir, em apenas uma passagem, a desconfiança que alimentava sobre o caráter do personagem. Porém, a revelação e a metamorfose de vítima para traidor possuem maior aceitabilidade narrativa e efeito de realidade se o processo é realizado com mais informações e com o passar do tempo narrativo. Esse engenho literário pode ainda ter o efeito de proximidade com o leitor, pois, assim, o destinatário compartilha das mesmas experiências e pressupostos no tempo em que o narrador os fornece. De tal modo, a surpresa e o desgosto pela ação de Miranda podem ser transmutados do *eu que se conta* para o sujeito interpretante.

5 Considerações finais

A partir dos excertos selecionados para esse artigo, entendemos que a atribuição de papel de vítima passa antes de tudo pelo crivo dos imaginários sociodiscursivos que compõem o universo de crenças do narrador. Desse modo, na opinião do autor, nem todos os personagens podem receber a qualificação de vítima. Com isso, vemos que o papel de mártir só é atribuído aos que o narrador julga terem o direito de ser.

No discurso, os recursos linguísticos permitem com que saibamos quais são as crenças e as avaliações do narrador tendo em vista a imagem de vítima dos personagens. Nisso, observamos que as descrições são alguns desses recursos que materializam os imaginários para o discurso do sujeito enunciador. Assim, para os personagens nos quais o narrador julga ser merecido o papel de mártir, as descrições e as qualificações orientam para moldar essa imagem.

Por fim, na escrita de uma narrativa sobre episódios da vida de si e de outros, é possível analisar como a visão do narrador constrói e representa o outro no mundo.

Essa visão do outro e do mundo que está estreitamente relacionada com os imaginários sociodiscursivos.

Referências

ABRIC, J-C. **Pratiques sociales et représentations**. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

CHARADEAU, P. Les stéréotypes, c'est bien, les imaginaires, c'est mieux. *In*: BOYER, H. (org.). **Stéréotypage, stéréotypes: fonctionnements ordinaires et mises en scène**. Paris: L'Harmattan, 2007b. p.49-63.

CHARADEAU, P. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2014.

FARR, R. M. Representações sociais: a teoria e sua história. *In*: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (org.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 31-59.

MACHADO, I. Nos bastidores da Narrativa de Vida & Análise do Discurso. *In*: **Estudos sobre narrativas em diferentes materialidades discursivas na visão da Análise do Discurso**. Belo Horizonte: Núcleo da Análise do Discurso, Fale/UFMG, 2016. p. 121 -138.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

RAMOS, G. **Memórias do Cárcere**, 1994.

Artigo recebido em: 04.02.2020

Artigo aprovado em: 02.03.2020